

Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Guia das Lideranças e Gestores



Desenvolvimento para os pequenos negócios.
Mais oportunidades para a economia local.



Lei Geral e as lideranças locais. Uma parceria que gera desenvolvimento.

Apoiar as micro e pequenas empresas é fundamental para o fortalecimento da economia local, principalmente, pela geração de mais oportunidades de emprego e renda para toda a população. Por isso, sua participação para a implantação e regulamentação da Lei Geral é muito importante. Nas próximas páginas, você vai encontrar perguntas e respostas que o ajudarão a conhecer um pouco mais sobre essa legislação e, conseqüentemente, a abrir um novo ciclo de progresso e desenvolvimento para os pequenos negócios da sua comunidade.



>> O que é a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa?

É uma política pública de desenvolvimento sustentável que envolve União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Com a designação de Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – Lei Complementar 123/06, a Lei Geral foi sancionada em 14 de dezembro de 2006 e seu surgimento ocorreu após 3 anos de intensos debates e negociações.

A nova lei busca promover a competitividade, a redução da informalidade e o incentivo à inovação tecnológica, com benefícios para toda a sociedade. Com menos burocracia e mais oportunidades, a Lei Geral vai apoiar o desenvolvimento local por meio de uma série de incentivos aos investidores de menor porte.

Com o seu fortalecimento, as pequenas empresas ajudarão a resolver problemas que afetam o país, tais como:

1. Combate à pobreza pela geração de empregos e melhor distribuição da renda;
2. Redução da informalidade na contratação de mão-de-obra;
3. Interiorização do desenvolvimento pela promoção de iniciativas locais e dos arranjos produtivos;
4. Incremento da atividade produtiva nacional, com conseqüente ampliação de oportunidades e da base de arrecadação de impostos;
5. Simplificação, desburocratização e justiça fiscal, que, inclusive, são os grandes objetivos da proposta de Reforma Tributária.



>> A Lei Geral alcançará as empresas da minha região?

Sim, as micro e pequenas empresas, que representam 99% do setor de produção nacional, estão em todo o país. De acordo com a nova lei, pequenas empresas são aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 2,4 milhões. Nas microempresas, esse montante é fixado em R\$ 240 mil.

>> A Lei Geral significa menos burocracia para as empresas?

Sim, pois o capítulo tributário da lei cria o Simples Nacional que unifica os impostos federais (IRPJ, IPI, CSLL, Cofins, PIS, INSS sobre a folha), estaduais (ICMS) e municipais (ISS). No lugar de várias guias de recolhimento, com várias datas e cálculos diferentes, haverá apenas um pagamento, com data e cálculo único de quitação. Assim, além de menos burocracia, haverá redução da carga tributária.

>> Ficará mais fácil registrar e legalizar as empresas?

Sim, serão necessários menos comprovantes e documentos. Os órgãos responsáveis pela emissão de licenças, alvará e autorizações de funcionamento, envolvidos na abertura e no fechamento de empresas, realizarão vistorias, podendo imediatamente fornecer Alvará de Funcionamento Provisório dos estabelecimentos.

>> Os governos poderão incentivar o desenvolvimento, comprando mais das pequenas empresas da região?

Sim. A Lei Geral diz que os pequenos negócios terão mais facilidades para participar das licitações e vender para o governo:

- Nas licitações públicas está previsto que as compras de bens e serviços de até R\$ 80 mil serão feitas preferencialmente de pequenos negócios;
- Será permitida a sua subcontratação por empresas de maior porte;
- Haverá a possibilidade de fornecimentos parciais de grandes lotes, permitindo às empresas de pequeno porte participação em licitações em condições de igualdade com as de maior vulto.

Com isso, a administração pública poderá realizar suas compras em empresas da própria região. Isso beneficia a economia local e estimula o desenvolvimento e a formalização dos negócios.

>> Nossas empresas terão mais estímulo para exportar?

As micro e pequenas empresas que optarem pelo Simples Nacional, como permite a nova lei, terão suas exportações desoneradas de diversos tributos, a exemplo do que ocorre com as grandes empresas.

>> Os pequenos negócios poderão juntar forças para competir e ganhar mais mercado?

Com a Lei Geral, foi criado o Consórcio Simples, tipo de associação empresarial com o qual os pequenos negócios poderão se associar, na busca de ganhos de escala, competitividade e acesso a novos mercados. Com maior poder de negociação, as micro e pequenas empresas poderão comprar e vender melhor, como se faz hoje por meio das centrais de negócios.



>> Vai ficar mais simples obter crédito e ter acesso à tecnologia?

Com a lei implantada, será mais fácil e barato conseguir financiamentos com prazos maiores de quitação, já que as microfinanças serão fortalecidas pelo microcrédito e pelo cooperativismo de crédito.

Em relação à inovação tecnológica, está previsto que no mínimo 20% dos recursos públicos voltados para pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica serão investidos em micro e pequenas empresas. Porém, para que isso aconteça, a articulação com as instituições locais é fundamental.

>> Quando os benefícios da Lei Geral chegarão às empresas?

O capítulo da Lei Geral que trata dos impostos passa a valer a partir de 1º de julho de 2007, mas grande parte dos benefícios depende de regulamentação por parte dos governos municipais e estaduais, como compras públicas e desburocratização. Outra parte das ações nessa direção deve ser incorporada às rotinas de atendimento local, como crédito e tecnologia.

>> O que as instituições deverão fazer para se adaptar à Lei Geral e produzir os benefícios desejados?

Todos os 5.562 municípios brasileiros terão que se ajustar no sentido de propiciar atendimentos às empresas. Vários entendimentos estão sendo firmados pelos órgãos públicos e instituições envolvidas na regulamentação, com o objetivo de facilitar o processo.

Estima-se que, já no segundo semestre de 2007, vários dispositivos da Lei Geral estarão postos em prática, gerando ações diretas na vida das pequenas empresas.

>> Como as instituições públicas poderão colaborar nesse trabalho?

O atendimento às micro e pequenas empresas mais adequado e eficiente depende de novos produtos, serviços ou mesmo de inovações e simplificação na forma de atendê-las.

Isso vale para os serviços financeiros, com destaque para a concessão de crédito, e para os serviços de inovação tecnológica como consultorias, certificação de produtos, ensaios metrológicos, informatização, acesso à internet ou melhoria de processo de produção ou atendimento nas empresas.

No campo da desburocratização, a situação depende da integração entre os diversos órgãos envolvidos, sejam federais, estaduais ou municipais. Já a racionalização das vistorias para a abertura das empresas só acontecerá após a definição de atividades de alto risco, por meio de decreto ou outra norma administrativa.

As rotinas e normas das compras governamentais devem ser atualizadas para atender às inovações da Lei Geral, basicamente pela sensibilização e capacitação dos técnicos e gestores envolvidos nessa função.

É importante nesse momento a requalificação das instituições públicas com o texto da Lei Geral, pois a elas caberá a importante tarefa de pôr em prática os avanços de conteúdo de tão importante norma legal. E, para isso, a ação das lideranças públicas e privadas é essencial.

>> Como os gestores públicos podem ajudar?

Conhecendo a lei e colocando em prática o que nela está disposto. Há casos em que será necessária uma lei específica, que pode em vários aspectos ultrapassar a Lei Geral, como por exemplo a redução de taxas para incentivar a formalização de empregos ou a criação de fundos de desenvolvimento.



Em algumas situações, será preciso um decreto de autoria do prefeito. Em outras, um simples convencimento da importância de determinada ação para o desenvolvimento do município será suficiente.

Há vários outros itens da lei que dependem dos prefeitos, secretários municipais e vereadores, para que seu conteúdo tenha uma efetiva regulamentação legal, o que irá requerer ações, programas de trabalho e políticas públicas voltados para seu foco específico.

>> Quem deve se envolver nesse primeiro momento?

Todos os que fazem parte do Executivo e do Legislativo Municipal e das lideranças da sociedade, em particular os empresários. Isso será fundamental, uma vez que eles estão em contato direto com os empreendedores ou definindo as normas administrativas e os costumes de cada instituição ou órgão envolvido.

O engajamento dos integrantes das comissões de licitação, por exemplo, é de grande importância, pois são eles que efetivamente conduzem tudo o que diz respeito às compras públicas do município.

>> Por que trabalhar pela Lei Geral?

São os números que mostram como os pequenos negócios vêm contribuindo decisivamente para minimizar o desemprego, um dos maiores problemas enfrentados pelos brasileiros.

De 1996 a 2001, as micro e pequenas empresas aumentaram de 50,5% para 56% sua participação no total de empregos formais existentes no país. Nesse mesmo período, a participação do setor entre as empresas registradas passou de 98,9% para 99,2%.

Os pequenos negócios também são responsáveis por 100% dos empregos existentes fora do setor público, em municípios que não contam com grandes indústrias. Absorvem ainda pessoas que não tiveram acesso a programas de qualificação profissional, dando oportunidades aos desfavorecidos.

No país, cerca de 40 milhões de pessoas trabalham na informalidade e 44 milhões dependem de assistência governamental para sair da faixa de extrema pobreza. Falta renda a essa grande parcela da população que, não tendo emprego formal, público ou privado, também não dispõe de condições para montar o próprio negócio. É justamente aí que entra a importância do incentivo às micro e pequenas empresas que são as grandes geradoras de trabalho no país. Para se ter uma idéia da capacidade de geração de empregos desse setor, estudos indicaram que 96% dos empregos criados entre 1995 e 2000 são provenientes de pequenas empresas.

Com as facilidades trazidas pela Lei Geral para a abertura e o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, fica ainda mais fácil para os prefeitos e demais lideranças empresariais e comunitárias incentivar a criação, a legalização e a manutenção desses empreendimentos, promovendo maior distribuição de renda e importantes melhorias na qualidade de vida da população.

>> Os pequenos negócios são importantes para o país. Por que a sua importância é ainda maior para o município?

Para os municípios de pequeno e médio porte, o melhor caminho para o desenvolvimento seguro, sustentável e socialmente responsável é



aquele que passa pelo incentivo à criação, manutenção, regulamentação e expansão dos micro e pequenos negócios.

Uma grande indústria pode significar boa arrecadação de impostos e geração de muitos empregos. Mas, caso ela entre em decadência por falta de investimentos, se torne ultrapassada tecnicamente ou simplesmente se transfira para outro local, as perdas globais serão muito grandes.

Por outro lado, os impactos do fechamento de um pequeno negócio são menores para a economia, uma vez que a relação de dependência também é menor.

Acrescenta-se a isso o fato de que os pequenos negócios, além de gerar mais empregos e distribuir renda, são cativos do município. Na sua grande maioria, são geridos por pessoas do próprio local, que ali vão manter seus investimentos.

Além disso, a maioria das cidades brasileiras, em torno de 70%, tem até 20 mil habitantes. Suas economias são, com poucas exceções, baseadas na atividade das micro e pequenas empresas.

>> A Lei Geral ajuda a resolver o problema da informalidade?

Sim. Cerca de 40 milhões de brasileiros trabalham em um intrincado mercado que lhes dá renda, mas não permite seu acesso às políticas e garantias sociais e de desenvolvimento pessoal e profissional. São os chamados trabalhadores informais, que, além de não pagarem impostos, estão nessa condição pelos mais variados motivos: falta de condições de se legalizarem, desconhecimento das leis e desinteresse.

Lidar com essa questão chega a ser um desafio para os administradores, pois os trabalhadores informais são importantes, principalmente na

prestação de serviços à comunidade. Proibi-los de trabalhar não solucionaria o problema, uma vez que iria aumentar o número de desocupados, a concentração de renda e a violência.

A Lei Geral, desde que devidamente regulamentada pela União, Estados e Municípios, contribuirá decisivamente para que a formalidade volte a ser um bom negócio, incorporando vantagens com relação a financiamentos, prioridade nas licitações, formações de consórcios, além da tranquilidade com relação a fiscalizações e cumprimento de burocracia mais racional.

>> A partir de quando se poderá buscar mais informações sobre a Lei Geral?

A partir do mês de maio de 2007, as instituições de representação e apoio empresarial e órgãos públicos iniciarão uma campanha de divulgação da nova lei, com cartilhas, folders e cursos. Fique atento. Já estão acontecendo palestras e seminários de esclarecimento. Além disso, lembre-se de que a adesão ao sistema integrado de tributação, o Supersimples, terá início em 1º de julho deste ano.

Lei Geral. Uma mobilização da sociedade, empresários e líderes para impulsionar os pequenos negócios e o crescimento do Brasil. Acesse www.leigeral.com.br

Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

O início de um ciclo de desenvolvimento
para os pequenos negócios e para o Brasil.



*Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas*